

China e África: Uma parceria estratégica

China and Africa: A strategic partnership

Helton Ricardo Ouriques*

Aline Lui**

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 134, nov.-dez. 2012 [p. 19 a 27]

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é tão somente realizar uma breve descrição acerca das relações entre a China e a África. Como mostraremos inicialmente, o envolvimento da China com a África não é recente, mas tinha uma natureza muito distinta da atualmente apresentada, pelo menos no contexto da Guerra Fria. Em um segundo momento, discutiremos a mudança na agenda chinesa para a África, que parece estar atrelada às necessidades do processo de desenvolvimento chinês. Em outras palavras, a África vem se tornando cada vez mais importante para a China por conta da abundância de recursos naturais estratégicos para aquele país. Por fim, faremos um breve balanço acerca do período atual, descrevendo alguns resultados do aprofundamento do relacionamento econômico entre a China e alguns países africanos.

2. Breve histórico das relações entre a China e a África

Ao lançar o olhar sobre o passado da relação entre a China e a África, nota-se que esta vem se intensificando desde o período da Guerra Fria. Deve-se ressaltar que, com a queda da URSS e o rearranjo no cenário internacional a partir dos anos 1990, agregado ao acelerado crescimento econômico chinês, os interesses desse país em outras regiões do mundo, notadamente no continente africano, tornaram-se mais evidentes, pela escala do envolvimento, principalmente econômico.

Após a Revolução Chinesa (1949), foi possível observar um maior aprofundamento dos laços, a partir da iniciativa chinesa. Naquela conjuntura, a China tinha como objetivo exportar a revolução, o que coincidiu com a proliferação de movimentos de libertação nacional na África. Foram vários os processos de ajuda militar e também humanitária, a partir de Pequim. De acordo com Alves (2009), o estreitamento das relações foi usado, também, como meio de impedir a aproximação dos países africanos com Taiwan e seu reconhecimento como nação independente. Como resultado, o apoio africano foi importante para Pequim conseguir retirar de Taiwan o status de representante legítimo do povo chinês.

Na década de 1970, a China pôde expandir ainda mais seus investimentos no continente africano. Isso ocorreu em razão da diminuição da presença soviética na região, pois a URSS enfrentava problemas internos e vinha se

* Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da mesma instituição e membro do Grupo de Pesquisas em Economia Política dos Sistemas-Mundo – GPEPSM/CSE/UFSC (helton@cse.ufsc.br).

** Estudante do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Foi bolsista do programa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PIBIC/CNPq (lui.aline88@gmail.com).

apresentando como um grande concorrente para a China na região africana. Os investimentos direcionaram-se principalmente para a infraestrutura. Um projeto importante foi a construção da ferrovia Tanzan. Na opinião de Taylor (2010), esse projeto, que foi recusado pelas potências europeias e pelos EUA, deu à China a oportunidade de se mostrar como potência alternativa. O objetivo dessa obra era ligar a Tanzânia e a Zâmbia, como parte do projeto de constituir uma “pan África”. Esta parceria aumentou ainda mais a influência chinesa no continente africano.

Na década de 1980, nota-se um relativo afastamento da África, pois a China estava priorizando questões internas, traduzidas pelo processo de reforma e abertura. Na mesma época, o continente africano começa a enfrentar uma crise generalizada, como destacado por Castells (1999). Para esse autor, enquanto uma economia global e dinâmica se instaurava em boa parte do mundo a partir do final dos anos 1970, a África Subsaariana experimentava um processo de significativa deterioração de sua posição relativa no comércio, investimentos, produção e consumo em relação a todas as demais áreas do globo. Esse autor nos recorda que, em perspectiva histórica, entre 1870 e 1970, durante a incorporação da África à economia capitalista, “[...] as exportações africanas tiveram crescimento acelerado, com sucessivos aumentos da participação no total de exportações dos países em desenvolvimento” (p. 108). Contudo, a década de 1980 marcou uma reversão nessa tendência, já que “[...] em 1950 a África respondia por mais de 3% das exportações mundiais; em 1990, contudo, por cerca de 1,1%” (idem, *ibidem*). Além disso, as exportações africanas mantiveram-se restritas a *commodities* primárias, como menciona Castells e, dada a fragilidade dos mercados internos, a industrialização por substituição de importações e a produção agrícola para os mercados internos também não se sustentou: “entre 1965 e 1989, o índice do valor agregado total de bens industrializados em relação ao PIB não passou de 11%, comparado a um aumento de 20% a 30% verificado em todos os países em desenvolvimento” (Castells, 1999:110).

Para Castells (1999), tais condições levaram a maioria das economias africanas à dependência da ajuda internacional e dos empréstimos externos. Em números, isso significou para a África, 30% do montante destinado ao auxílio financeiro no mundo todo, enquanto a dívida externa total saltou de 30,6% em 1980 para 78,7% em 1994 (em termos de porcentagem de PIB). Nota-se também que, paralelamente, o investimento externo direto na região foi praticamente irrisório. Assim, “[...] cientes da impossibilidade de a África saldar a dívida, os credores do governo e as instituições internacionais valeram-se dessa dependência financeira para impor políticas de ajuste sobre os países africanos, exigindo subserviência em troca do perdão parcial da dívida ou de sua renegociação” (Castells, 1999:113). Por isso, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a “marginalização da África na economia global”.

Modificações mais perceptíveis no relacionamento entre a China e a África vão ocorrer a partir de meados dos anos 1990, principalmente após a viagem do presidente Jiang Zemin ao continente africano, em 1996 (Vines, 2007). Na ocasião, ele apresentou a proposta dos cinco pontos, que visava estabelecer os termos de uma nova relação com a região. Os cinco pontos seriam a amizade confiável, a igualdade soberana, a não intervenção, o desenvolvimento mutuamente benéfico e a cooperação internacional (Alden, 2007). Essa linha de atuação vai ser reforçada a partir do ano de 2000, com a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizado em Pequim. A ideia foi proposta por Jiang Zemin, e estava baseada em planos de ação para criar metas e estratégias para os programas bilaterais. É importante ressaltar que, neste período, a China já consolidava a ideia de que a política externa estava subordinada à estratégia de desenvolvimento do país. Consequentemente, a segurança energética, que era considerada como parte fundamental da segurança nacional, passou a estar intimamente interligada à política externa.

Portanto, após a Guerra Fria, nota-se que as estratégias políticas de viés ideológico são substituídas pela ênfase econômica. A seção seguinte visa esclarecer as características da atuação da política chinesa na África, com ênfase no investimento externo direto¹.

1 No presente artigo, dadas as limitações de espaço, não discutiremos a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

3. Entendendo a atuação chinesa na África

De acordo com Alves (2009), a política externa chinesa está voltada à promoção da coexistência pacífica com outras nações, que segue cinco princípios: respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, não agressão mútua, não interferência em assuntos internos de outros países, vantagens mútuas e igualitárias, e coexistência pacífica. Segundo o autor, a política de não interferência em assuntos internos tem se destacado na estratégia adotada, pois é prioritária a busca dos recursos naturais. Em outras palavras, os chineses não se preocupam com a questão do *state-building* nos seus contatos com a África. Eles trabalham com os governos que comandam seus respectivos Estados, sem tentar modificá-los, diferentemente dos países ocidentais, para os quais os assuntos domésticos são importantes o suficiente para paralisar uma negociação². Isso traz uma enorme vantagem para as firmas chinesas, que enfrentam pouca concorrência nas disputas por campos de exploração de petróleo, mineração etc.

Ao mesmo tempo, é inegável que a maior presença chinesa na África esteja ligada à própria necessidade daquele país por recursos energéticos³, necessários para sustentar seu notável crescimento econômico dos últimos trinta anos. Alden (2007) ressalta que a empresa estatal chinesa de petróleo *China National Petroleum Corporation* (CNPC) estava investindo fortemente em parcerias no Sudão⁴, Angola, Argélia e Gabão, países que possuem reservas de petróleo. Dessa forma, a China tem conquistado diversos governos africanos através de seus investimentos em infraestrutura. Ainda que a maioria dos investimentos em estradas, ferrovias, portos e dutos favoreçam a exportação de petróleo e outros recursos naturais para a China, os benefícios de tais construções acabam transbordando para a população africana. O mesmo pode-se dizer dos investimentos feitos em escolas, hospitais e redes elétricas que, a princípio, visam atender a presença de cidadãos chineses na região, como destacado por Michel (2008). Mesmo assim, proliferam críticas à atuação chinesa no continente, como nos recorda Duarte (2012).

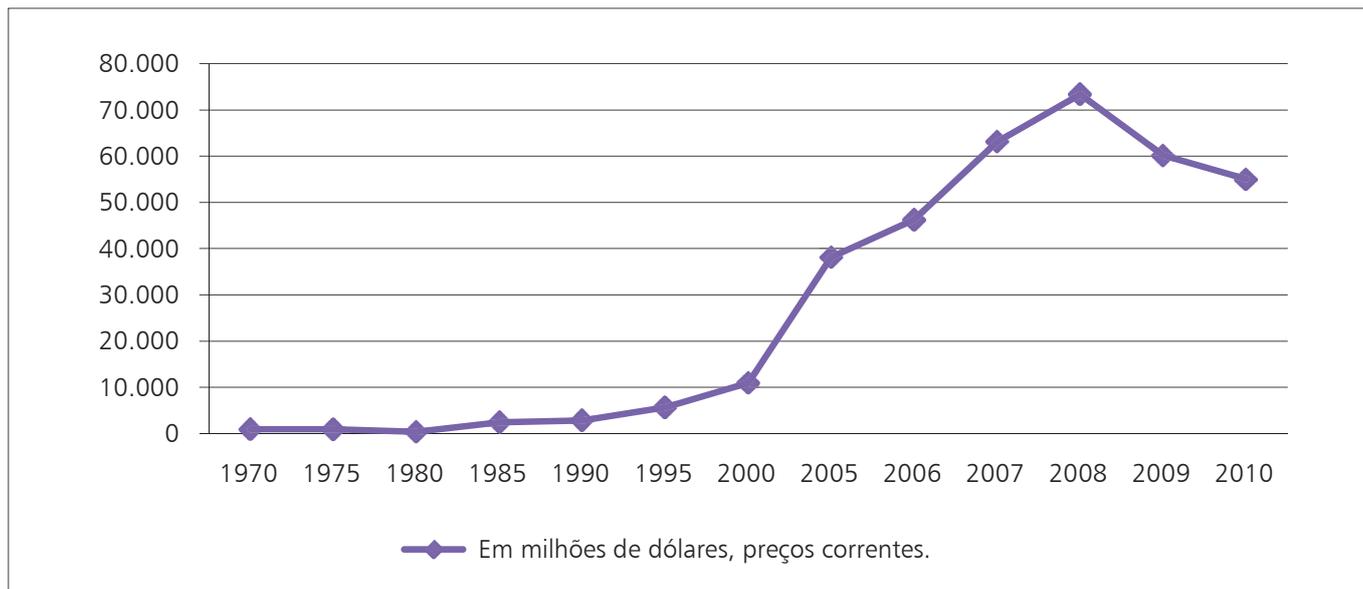
No tocante ao investimento direto externo (IDE), as empresas chinesas foram incentivadas a investirem no exterior a partir da estratégia do *“Going Global”*. Essa foi uma iniciativa do governo, pela qual foram promovidas mudanças na legislação, proporcionando a simplificação no processo de aprovação de projetos, estímulo ao investimento exterior, gestão cambial e avaliação estatística. Certamente, tal política viabilizou a internacionalização de muitas empresas chinesas, na primeira metade dos anos 2000.

Já em 2006, o governo chinês anunciou a intenção de desenvolver zonas econômicas especiais (ZEEs) no continente africano, como as já existentes na China. As ZEEs chinesas visam à expansão e desenvolvimento de setores específicos, além do aumento dos níveis de empregos, a partir de incentivos fiscais. Uma das primeiras ZEEs a ser desenvolvida encontra-se em Chambishi, no Zâmbia, ocupando uma área de 45 quilômetros quadrados em um cinturão de cobre. Além disso, as companhias, ali localizadas, receberiam diversos incentivos alfandegários. A segunda zona oficial está localizada em Maurício, considerado um centro financeiro com atrativas leis relacionadas a investimento externo direto. As zonas econômicas especiais também se estenderão para a Etiópia, Egito e Nigéria.

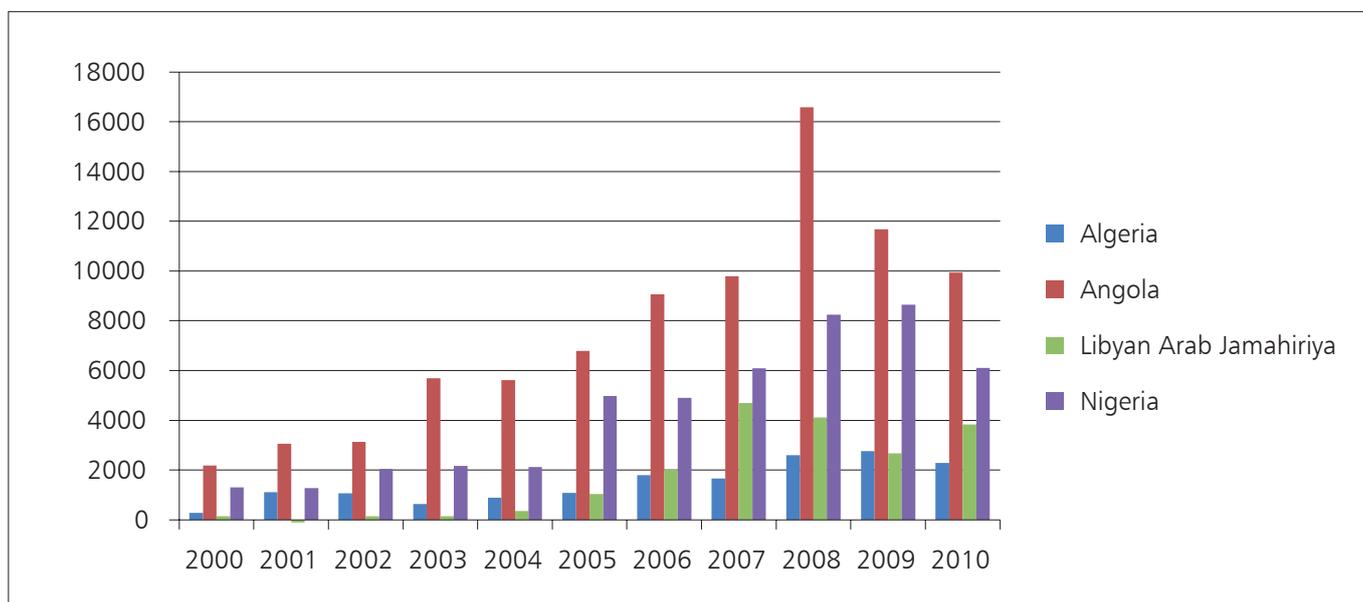
2 Esse tema é abordado com profundidade por Sautman e Hairong (2009), que realizaram uma pesquisa empírica em vários países africanos. Tal pesquisa evidenciou a forma positiva pela qual a China na maioria das nações africanas porque, entre outras coisas, esse país não se intromete em negócios internos e porque, como reconhecido pelo próprio Banco Mundial, segundo os autores, a China constrói de forma mais barata e eficiente grande parte da infraestrutura atual na África.

3 Para a compreensão da diplomacia do petróleo chinesa, ver Taylor (2006).

4 Em 09.07.2011 o Sudão do Sul tornou-se oficialmente independente do Sudão. Como o artigo citado é datado de 2007, o autor estava se referindo ao antigo Sudão.

Gráfico 1. Fluxo de IED da China na África.

Fonte: Unctad. Disponível em: www.unctad.org/

Gráfico 2. Fluxo de Investimento Externo Direto para países exportadores de petróleo, em milhões de dólares (preços correntes).

Fonte: Unctad. Disponível em: www.unctad.org/

Como se pode perceber no gráfico 1, o IED chinês nos países africanos atingiu o seu pico em 2008, com US\$ 72 bilhões, um valor cinco vezes maior do que o registrado no ano 2000. O crescimento do IED até 2008 foi suportado pela alta dos preços das matérias-primas, particularmente o petróleo, que desencadeou uma grande expansão nos investimentos dirigidos aos países produtores de petróleo. A partir de 2008, nota-se uma queda no fluxo de IED, ocasionado pela crise financeira global. Por um lado, os investidores foram afetados e reduziram os seus investimentos; por outro, a crise levou a uma diminuição da procura das mercadorias africanas. Esta quebra na procura reduziu o investimento de capital nos setores e países onde historicamente se concentra a recepção de fluxos de investimento externo, como por exemplo, no setor petrolífero. Apesar disso, como relatado pela publicação *The China Analyst*

(2012), desde 2009 foram implantados novos investimentos no Leste da África⁵. A mesma publicação nos informa que o comércio total entre a China e a África passou de U\$ 10,8 bilhões em 2001 para U\$ 166,2 bilhões em 2011.

No caso da crescente presença da força de trabalho chinesa na África, Michel (2008) afirma:

Não é difícil enxergar os motivos pelos quais levam os imigrantes chineses até a África. Na China, os salários não ultrapassam U\$150 por mês, além disso, há cada vez mais trabalhadores rurais migrando para as cidades litorâneas da China. Segundo Huang Zequan, vice presidente da Associação de Amizade dos Chineses e Africanos, residem 550.000 chineses na África, que convivem com mais 100.000 franceses e 70.000 americanos, atualmente. [...] A forma como os governantes africanos encaram os interesses chineses é, em sua maioria, bem-vinda. Os líderes africanos não hesitam ao entregar os encargos públicos à China. É a ela que eles direcionam-se quando necessitam construir escolas, hospitais e alojamentos – frequentemente antes das eleições com o objetivo de obter lucros com os projetos de infraestrutura (p. 41).

Ao mesmo tempo, a migração de força de trabalho chinesa para a África é um dos pontos críticos da atualidade, como apontado por Tan-Mullins et alli (2010) e Ajakaiye (2006), por implicar o não aproveitamento dos trabalhadores locais, mesmo em atividades com menor necessidade de qualificação.

4. Impactos e balanço das relações entre China e África

Com relação às queixas do Ocidente em relação à presença chinesa na África, caracterizada inclusive como um “novo colonialismo” por alguns, duas ponderações tem que ser feitas. Em primeiro lugar, como assinalado por Caniglia (2012), a maior presença da China no continente é resultado do próprio vácuo causado pelo ostracismo a que foi submetida a África pelos principais países ocidentais desenvolvidos desde o início dos anos 1980. A China vem se tornando cada vez mais importante economicamente para muitos países africanos porque empresas e governos ocidentais simplesmente deixaram de investir ou investiram muito pouco nos mesmos. Em segundo lugar, há vários indícios de que os governantes africanos enxergam a China de forma muito distinta em relação aos países desenvolvidos do Ocidente, compreendendo esse país mais como um modelo a ser seguido do que como um novo conquistador (Sautman e Hairong, 2009). De acordo com Caniglia (2012), a maioria dos países africanos parece apreciar as novas oportunidades oferecidas pelas parcerias com a China. Além dos ganhos econômicos provenientes da exportação de recursos naturais, os países africanos sentem que estão engajados em um diálogo entre iguais, pois a China adotou a política de não interferência nos assuntos internos dos países africanos. Por isso, como destacado também por Arrighi (2008), “[...] os líderes africanos buscam cada vez mais no Oriente o comércio, a ajuda e as alianças políticas, libertando-se dos vínculos históricos do continente com a Europa e os Estados Unidos” (p. 217).

De qualquer forma, vários pesquisadores apontam as motivações econômicas como determinantes de uma maior presença chinesa no continente africano. Em outras palavras, é a necessidade de obtenção de matérias-primas para suprir o processo de desenvolvimento chinês que tornou a África um espaço importante de atuação da política externa da China (Carmody & Owusu, 2011). E a questão da segurança energética, obviamente, é crucial para as pretensões desse país, porque a elevada demanda da China por petróleo e gás natural deriva da grande participação da indústria pesada intensiva em energia na sua estrutura produtiva. Somado ao consumo industrial, considera-se também – um fator do *boom* de consumo de energia – a difusão do automóvel, estimulada pela urbanização e pela expansão da renda *per capita*.

5 De acordo com o documento em questão, Burundi, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Uganda vem recebendo fortes investimentos chineses, nos setores de infraestrutura, energia, mineração e mesmo na indústria de transformação (*The China Analyst*, 2012, p. 29).

De acordo com Oliveira (2007), a expectativa é de aumento da dependência da China por essas fontes de energia, para garantir a sustentabilidade de sua industrialização. Esta nova realidade tornou-se estrutural e, conseqüentemente, estratégica. Do mesmo modo, a crescente dependência da importação de gás, como forma de reduzir a participação do carvão e reestruturar a matriz energética chinesa, apresenta-se igualmente como um desafio estratégico para os chineses.

Certamente, a expansão extraterritorial chinesa refletirá em uma economia consolidada com a contribuição de insumos africanos. A África terá boas perspectivas se a China continuar com um bom desempenho em sua economia, na visão de Oliveira (2007):

É possível ver a China em plena edificação de uma economia de dimensão continental, repetindo o precedente histórico da continentalização da economia dos EUA, na segunda metade do século XIX. Se tudo ocorrer bem para eles, os chineses poderão dispor dentro de vinte ou trinta anos de um mercado nacional único, solidamente montada sobre moderníssimas malhas de transportes e telecomunicações. As relações políticas e econômicas globais acusarão, certamente, o impacto do aparecimento desse polo de atração mundial, alternativo aos EUA, e a África desfrutará de posição privilegiada por seu auxílio na obtenção de tal resultado (p. 7).

Quanto ao princípio de não interferência, a China tenta não se envolver na complexidade das disputas internas. Entre personalidades e facções dos países africanos, os chineses dão primazia à edificação de economias nacionais. A assistência e os investimentos chineses “são dados com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos políticos” (declaração do Primeiro Ministro Wen Jia Bao no Fórum de Cooperação China – África, COCAC, em 2003). Alden (2007) aponta também que o crescimento econômico fenomenal da China incentiva os governos e empresas africanas a buscarem o fortalecimento de laços com aquele país, visto por muitos como a nova superpotência mundial. Além disso, há uma atração simbólica envolvendo a China, país que também foi, outrora, vítima do imperialismo ocidental e que aparece como um modelo de desenvolvimento a ser seguido.

Mas não somente recursos energéticos motivam a China. Os chineses têm investido na atividade turística no continente africano, e “[...] desde que liberalizou os investimentos estrangeiros para o turismo em 2003, a China estabeleceu oficialmente 26 destinos turísticos na África – em países distintos – a fim de recompensar e estreitar as relações com os governos dessa região” (Carmody & Owusu, 2011:242). Além disso, a venda de armas aos países africanos tem se mostrado um negócio rentável para a China porque, de modo geral, a África é um mercado em crescimento para as exportações de armas chinesas: “[...] o governo chinês vendeu 12 caças supersônicos para o governo do Zimbábue no fim de 2004, e mais ainda em 2006. Ademais, vendeu ainda US\$ 1 bilhão em armas para a Etiópia e a Eritreia durante a guerra de 1998-2000” (idem, p. 254).

Evidentemente, o relacionamento sino-africano possui certos pontos de fricção, como no comércio. A indústria têxtil e a de manufaturas africanas de baixa tecnologia vêm sendo abaladas pelo fluxo de produtos baratos chineses (Carmody & Owusu, 2011). As empresas de grandes redes de lojas da China espalham-se pelo continente, aumentando o descontentamento de pequenos comerciantes africanos. Como já mencionado anteriormente, o fato de a China empregar cidadãos chineses nas obras de infraestrutura, assim como importar materiais de seu país como forma de criar demanda para suas cadeias produtivas, impossibilita afirmar que os investimentos chineses sejam apenas benéficos⁶. Em relação à força de trabalho africana, é bem possível que a falta de contratação da

6 Como apontado por Duarte (2012): “In almost all of Africa dissatisfaction and criticism against the Chinese presence has been increasing. Although China has promised to be a ‘good brother’ in its partnership with Africa, the African trade unions (in Dakar or in Lesotho, for example) threaten to boycott the sales of Chinese products that contribute to the growth of unemployment. The complaints manifest themselves, among other ways, through murder and/or kidnapping of Chinese that work in Africa. Furthermore, many of the contracts signed with Beijing are canceled or cannot even get signed” (p.26).

mesma seja pelo motivo de diferenças culturais e idiomáticas. Mesmo assim, é importante frisar que, ciente das queixas de líderes africanos da Nigéria e África do Sul acerca do assunto, o Ministério do Comércio chinês tem incentivado as empresas a aumentar o treinamento de pessoal local, para elevar as contrações de força de trabalho africana (Ajakaiye, 2006).

Por fim, podemos mencionar alguns fatos relevantes que refletem a crescente difusão do *soft power* chinês no continente africano. Começam a surgir “Institutos Confúcio” para o estudo do idioma chinês e estudos chineses (Duarte, 2012); está sendo aumentado o fluxo de estudantes africanos nas universidades chinesas; tem havido um aprimoramento dos diplomatas africanos na China e há vários casos de transferência de tecnologia.

5. Conclusão

A China cultiva um relacionamento com a África que pode ser observado durante e pós-guerra fria. Como vimos, a ação chinesa obedecia a motivações estritamente políticas que se concentravam na sustentação de movimentos de libertação nacional. Contudo, três décadas de forte crescimento econômico fizeram com que a China encontrasse na África a solução para sua necessidade de matérias-primas. Além disso, não houve uma história de colonização entre China e África, o que também faz com que a presença chinesa seja vista com menos desconfiança por parte de líderes africanos, apesar da existência de alguns problemas relatados brevemente neste artigo.

O volume dos investimentos externos diretos na África, aliado à ajuda oficial ao desenvolvimento, demonstram que se trata de uma parceria estratégica, especialmente para a China. Segundo as fontes pesquisadas para esse artigo, os chineses vendem um pacote completo: com financiamento, planos de cooperação e obras de infraestruturas. Um pacote que mantém, em sua maioria, a posição firme de não interferência e preservação da soberania, que parece agradar os líderes africanos (Sautman and Hairong, 2009). O que pode ser criticado, nesse caso, é a conivência da China (em nome dos “negócios”) com situações documentadas e denunciadas pela comunidade internacional a respeito de violações dos direitos humanos em alguns países africanos, como no antigo Sudão⁷.

Para alguns países africanos, depois de pelo menos duas décadas de dificuldades econômicas, a crescente presença econômica chinesa parece significar novas oportunidades, como brevemente apresentado nesse artigo. Contudo, a experiência histórica mostra que o *boom das commodities*, por si só, não é suficiente para a promoção do desenvolvimento econômico de longo prazo das economias periféricas. Isto é, sem uma mudança nas estruturas produtivas para setores e nichos produtivos de maior valor agregado, é possível que os atuais ganhos sejam apenas um interstício fugaz de uma trajetória mais longa de espoliação do continente africano.

Por fim, para a China, pode-se afirmar que a sua presença na África é resultado da combinação de dois vetores centrais da política econômica: em primeiro lugar, o acesso a mercados necessários à expansão comercial e, em segundo lugar, a garantia de insumos suficientes para a manutenção de seu desenvolvimento e estabilidade social. Seria previsível afirmarmos que a ação chinesa está concentrada unicamente na segurança econômica. No entanto, é importante lembrar que sua atuação engloba também áreas não ligadas ao acesso às matérias-primas existentes na África, como destacado por alguns autores aqui citados. Em pesquisas futuras, pretende-se aprofundar a descrição aqui realizada com uma análise crítica dessa denominada parceria estratégica, estudando os pontos positivos e negativos, principalmente para os países africanos. Certamente pesquisas de caráter empírico serão bem-vindas. Cabe assinalar que uma maior compreensão sobre as relações econômicas e políticas entre a China e os países africanos é extremamente relevante. E não somente para o meio acadêmico, mas também para governantes

⁷ Contudo, como contraponto, é importante mencionar que os países desenvolvidos ocidentais também já foram e são coniventes e mesmo apoiadores de vários regimes violadores de direitos humanos, tendo em vista a prioridade histórica à dimensão econômica nos relacionamentos entre Estados.

e lideranças empresariais daqueles países que estiverem interessados em negociar e estender suas próprias relações com a África, como parece ser o caso do Brasil em anos recentes.

5. Referências bibliográficas

Africa Economic Outlook. Disponível em: <www.africaeconomicoutlook.org>.

AJAKAIYE, Olu. *China and Africa: opportunities and challenges*. A presentation at the African Union Task Force. Addis Ababa, Ethiopia, September 2006, 14 p.

ALDEN, Chris. China in Africa. *Survival: Global Politics and Strategy*, London, 47:3, 2005, p. 147-164.

ALVES, André G. M. Os interesses econômicos da China na África. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Número 1, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

CANIGLIA, Laura. Western ostracism and China's presence in Africa. In: *China Information*, 25 (2), 2011, p. 165-184.

CARMODY, Padraig & OWUSU, Francis. A expansão da China para a África: interesses e estratégias. In: *A China na nova configuração global – impactos políticos e econômicos*. Brasília, IPEA, 2011, p. 235-267.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Paulo. The Road to El Dorado: China discovers Africa. *Meridiano 47*, volume 13, n. 131, maio-junho 2012, p. 23-30.

ESTEVEZ, P. et alli. A Cooperação Sino- Africana: tendências e impactos para a Ajuda ao Desenvolvimento. BRICS Policy Center: *Policy Brief*. N. 3, Maio/2011.

KEENAN, Patrick J. Curse or cure? China, Africa and the effects of unconditioned wealth. *Berkley Journal of International Law*, March 2008, 52 p.

NELSON, Sonia A. *Expansão econômica e influência da China na África, Ásia e Pacífico*. Núcleo de Estudos Asiáticos (NEÁSIA). Dezembro/2006.

MICHEL, Serge. When China met Africa. *Foreign Policy* no166, Maio/2008.

OLIVEIRA, Amaury P. *A política africana da China*. Campinas, fevereiro de 2007, 15 p.

SAUTMAN, Barry and HAIRONG, Yan. **African perspectives on China – Africa links**. In: *The China Quarterly*, n. 199, September 2009, p. 728-759.

TAN-MULLINS, M. et alli. **Redefining “aid” in the China-Africa context**. In: *Development and Change*. Oxford, 41(5), 2010, p. 857-881.

TAYLOR, Ian. China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*, 82:5, 2006, p. 937-959.

The China Analyst. Hong Kong, The Beijing Axis, abril de 2012.

VINES, Alex. *China in Africa: a mixed Blessing?* *Current History*, May 2007, p. 213-219.

Resumo

No contexto de ressurgimento da China como ator relevante no sistema interestatal, vem se alterando o relacionamento desse país com a África. A China tem se consolidado como o principal parceiro econômico de vários países do continente, tomando o lugar dos antigos colonizadores europeus. Este artigo mostrará que essa relação deve ser vista como um dos elementos da estratégia chinesa de desenvolvimento.

Abstract

In the context of China's resurgence as a relevant actor in the International system, it is changing the relationship from that country with Africa. China has played strategic role of major economic partner for most African countries, replacing old European settlers. This article will show that the process above should be understood as specific characteristic of China's development strategy.

Palavras-chave: China; África; desenvolvimento

Key- Words: China; Africa; development

Recebido em 23/08/2012

Aprovado em 30/09/2012